

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.931 - RJ (2019/0037829-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR** : **ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S) - RJ101547**  
**RECORRIDO** : **FATIMA MUNIZ DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL DE MENEZES PERDIGAO - RJ158216**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Narram os autos que FÁTIMA MUNIZ DA SILVA ajuizou a subjacente ação ordinária em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, objetivando a implantação imediata do reajuste de seus vencimentos no percentual de 24%, abatendo-se os percentuais de reajuste já implantados a esse título administrativamente desde janeiro de 2011, bem como o pagamento da diferença correspondente a 24% sobre cada remuneração percebida, tudo corrigido monetariamente e acrescido de juros a contar de cada vencimento, em valor a ser apurado em fase de liquidação de sentença.

O Juízo de 1º Grau julgou procedente a ação (fl. 296):

*[...] para condenar o réu ao pagamento das diferenças relativas ao reajuste de 24% vencidas nos cinco anos anteriores à data da propositura da presente ação, observando-se as parcelas regularmente implementadas administrativamente, devendo ser tudo acrescido de correção monetária e juros legais de 0,5% ao mês, contados da citação, até o advento da Lei nº 11.960/09, quando para fins de atualização, em virtude da declaração de inconstitucionalidade parcial do artigo 5Q da Lei nº 11.960/2009, aplicar-se-á o IPCA (ADI 4357/DF), sendo que os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração e juros aplicados à caderneta de poupança.*

*No que concerne ao pleito de imediata implantação do reajuste de 24% nos vencimentos da parte autora, julgo extinto o presente feito, sem julgamento do mérito, com fundamento no*

*art. 267, inciso VI, do CPC, diante da perda superveniente do interesse processual.*

*Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 5% (cinco por cento) sobre a condenação relativa às parcelas vencidas, considerando a menor complexidade da demanda.*

*Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas, ante a isenção legal, e da taxa judiciária, tendo em vista a nova redação da Súmula nº 76 do E.TJERJ, não obstante entendimento anterior desta Magistrada.*

Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação, o qual restou provido em decisão monocrática do Relator (fl. 390):

*[...] para reformar a sentença de primeiro grau e julgar improcedentes os pedidos da servidora, diante da orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 909.437-RJ, deixando de inverter os ônus sucumbenciais, por ser aplicável o princípio da causalidade à hipótese dos autos.*

Tal *decisum* foi confirmado pela Décima Câmara Cível do Tribunal de origem, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 423):

*Agravo interno na apelação cível. Pretensão de serventúria da justiça ao recebimento imediato da diferença de reajuste remuneratório estabelecido pela Lei no 1.206/87, por haver sido concedido o percentual de 24% (vinte e quatro por cento) de uma só vez aos seus pares através de decisão judicial. Pleito do ente público fundamentado no fato de que o pagamento parcelado implicaria em violação ao princípio constitucional da isonomia. Decisão monocrática que deu provimento ao recurso. Agravo Interno interposto Estado visando à reforma apenas da verba honorária, sob o argumento de ser esta devida ao Estado, considerando que a sentença fora publicada ainda na vigência da norma processual de 1973. Pretensão que não merece prosperar. Impossibilidade de o Poder Judiciário, por isonomia, alterar a remuneração dos funcionários públicos. Súmula Vinculante 37 do STF, Hipótese concreta julgada pela Corte Constitucional, pelo rito da repercussão geral, que considerou indevida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela Lei Fluminense 1.206/1987. Ressalva do entendimento*

*peçoal do relator, com base na Súmula nº 300 do TJ-RJ e dos votos vencidos no julgamento do STF. Verba honorária que deve ser mantida. Observância do Princípio da Causalidade. Recorrente que não traz argumentos suficientes para alterar a decisão ora agravada. Manutenção da decisão agravada. Improvimento do agravo interno.*

Sustenta a parte recorrente negativa de vigência ao art. 20, *caput*, §§ 3º e 4º do CPC/1973 (atual art. 85, *caput*, e § 10, do CPC2015), uma vez que, *"a despeito de as pretensões da ora recorrida terem sido julgadas totalmente improcedentes, foi afastada a condenação ao pagamento de honorários advocatícios ante equívoco no emprego do princípio da causalidade"* (fl. 442).

Nesse sentido, argumenta que (fls. 442/443):

*Conforme será demonstrado, o v. acórdão negou vigência aos dispositivos mencionados acima. Veja-se.*

*Primeiramente, há que se rememorar que o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, considerou que a majoração vencimental pretendida dependeria da edição de lei formal, dispensando, porém, a devolução das quantias recebidas indevidamente até 01 de setembro de 2016, data do julgamento do agravo em recurso extraordinário nº 909.437.*

*Portanto, desculpando-me profundamente pela obviedade da afirmação, o Pretório Excelso reconheceu que a pretensão, já em seu nascedouro, encontrava óbice no artigo 37, X, da Carta Magna (promulgada em 05 de outubro de 1988), de modo que, tendo a autora assumido os riscos inerentes à provocação da atividade jurisdicional, deverá arcar com os ônus sucumbenciais, na forma preconizada pelo artigo 20, *caput*, do antigo digesto adjetivo civil, correspondente ao artigo 85, *caput*, do atual Código, o qual é muito claro ao dispor que caberá ao vencido (*in casu*, a parte autora) a pagar os honorários advocatícios ao vencedor.*

*Diante do que se afirmou no parágrafo anterior, constata-se que, a ser mantido o entendimento esposado pelo Colegiado local, o Estado estaria sendo punido pelo exercício do controle da legalidade (ao qual se encontra vinculado por força do artigo 37, *caput*, e X, da Constituição da República).*

*Além disso, o v. acórdão ora recorrido implicou usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, ao modular os efeitos de sua decisão em repercussão geral, no agravo em*

*recurso extraordinário nº 909.437.*

*Outrossim, é patente a negativa de vigência ao artigo 85, caput, da lei de ritos em vigor, decorrente de aplicação evidentemente equivocada do princípio da causalidade, insculpido no §10, do mesmo artigo.*

*Deste modo, revela-se, também, descabida a multa imposta ao Estado com fundamento no artigo 1.021, §4º, do digesto adjetivo civil.*

*No que toca especificamente à verba honorária, esta deverá observar os parâmetros indicados nos §§3º e 4º, do artigo 20, do Código de Processo Civil de 1973, uma vez que a r. sentença foi publicada durante a sua vigência.*

Por fim, requer o provimento do recurso especial (fl. 444):

*3 - [...] a fim de se condenar a autora ao pagamento de honorários advocatícios a serem arbitrados em conformidade com o artigo 20, §§3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, afastando-se, também, a multa do artigo 1.021, §4º, da lei de ritos imposta ao Estado.*

Contrarrazões às fls. 449/457.

Recurso admitido na origem (fls. 467/468).

### **É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

Como cediço, esta Corte firmou o entendimento segundo o qual "*o art. 20 do CPC/73, ao tratar do custo do processo, **imputou ao vencido**, com base nos princípios da causalidade e da sucumbência, a responsabilidade final pelo pagamento dos gastos endoprocessuais, ou seja, aqueles necessários à formação, desenvolvimento e extinção do processo*" (REsp 1.571.818/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 15/10/2018).

Também é importante ressaltar que "*a condenação nas verbas de sucumbência **decorre do fato objetivo da derrota no processo**, cabendo ao juiz condenar, de ofício, a parte vencida, independentemente de provocação expressa do autor, porquanto se trata de pedido implícito, cujo exame decorre da lei processual civil*" (EDcl nos EDcl no REsp 1.635.572/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA

TURMA, DJe 27/08/2018).

No caso concreto, tendo o Tribunal de origem reformado a sentença para julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial, com a resolução do próprio mérito, torna-se incontroverso que o ESTADO DO RIO DE JANEIRO sagrou-se vencedor da demanda, tendo sido sucumbente a parte autora, ora recorrida.

Adotada essa premissa jurídica, faz-se necessário o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que, à luz do princípio da sucumbência, arbitre os honorários advocatícios devidos pela autora, ora recorrida, na forma do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, como entender de direito. Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

*RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO. DEMORA ATRIBUÍVEL AO EXEQUENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.*

*1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade. Nessa direção, desimporta se o feito foi extinto por ato de ofício do juiz ou a pedido da parte.*

*2. No caso, houve pronúncia da prescrição, hipótese de extinção do processo com resolução do mérito. O completo decurso do prazo, porém, não resultou em absoluto da marcha da tramitação processual, mas, essencialmente, do comportamento da própria exequente.*

*3. O contexto descrito nos autos dá a ideia de que a Fazenda Nacional foi vencida na presente ação. É, dessarte, sucumbente, e por isso deve responder pelo pagamento dos honorários advocatícios, na forma estabelecida pelo magistrado de primeira instância.*

*4. Recurso especial provido.*

**(REsp 1.719.335/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 09/04/2018)**

De fato, em caso análogo ao dos autos, no qual este Superior Tribunal deu provimento ao recurso especial do ESTADO DO RIO DE JANEIRO a fim de julgar improcedente o pedido autoral, houve a inversão do ônus da sucumbência, em desfavor da parte autora. Senão vejamos:

*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADMITIDAS A PARTIR DE 2003. DIFERENÇAS DE 24% DE REAJUSTE SALARIAL DECORRENTES DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL N.º 1.206/87, NO PONTO EM QUE EXCLUIU OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE AUMENTO CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANIFESTAÇÃO DESTA CORTE APENAS QUANDO FOR IRRISÓRIO OU EXCESSIVO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.*

*I - O Superior Tribunal de Justiça só intervém no arbitramento da verba honorária em situações excepcionais, quando estabelecidos em afronta a texto legal ou ainda em montante manifestamente irrisório ou excessivo, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da causa. II - Na espécie, o acórdão recorrido expressamente fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/15, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º. Nada obstante, assiste razão ao recorrente, haja vista ter havido negativa de vigência aos parágrafos 3º e 4º, inciso II, do artigo 85, uma vez que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, primeiramente devem ser aplicados os parágrafos 3º e 4º com seus respectivos incisos e, subsidiariamente o §8º, apenas quando o proveito econômico for irrisório, ou o valor da causa muito baixo.*

*III - Assim é, porque o inciso II, do §4º traz a solução, quando a Fazenda Pública for parte e não haja condenação principal ou não seja possível mensurar (estimar) o proveito econômico, determinando expressamente a utilização do valor atualizado da causa como base para aplicação dos percentuais previstos no § 3º, veja-se: "§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais: (...)§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: (...) III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa".*

*IV - Neste caso, de rigor a reforma do acórdão, para adequar a fixação dos honorários ao que previsto expressamente no texto legal, não havendo necessidade de incursão na matéria fático-probatória.*

*Neste sentido: REsp 1179333/RS, Rel. Ministro MAURO*

*CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2010, DJe 17/05/2010; REsp 531.136/SC, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2004, DJ 02/08/2004, p. 503.*

***V - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso especial, fixando os honorários de sucumbência, distribuídos pro rata entre os sucumbentes (art. 87 do CPC/2015), em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §4º, II c/c §3,1 do CPC/2015.***

*VI - Agravo interno improvido.*

**(AgInt no AREsp 1.232.624/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/05/2018)**

Via de consequência, conclui-se, ainda, que a irresignação deduzida pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO em seu agravo interno era procedente, motivo pelo qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal de origem à luz do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

**ANTE O EXPOSTO, conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para reformar o acórdão recorrido, a fim de: (a) **afastar** a multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, aplicada ao ora recorrente; (b) **determinar** o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que, na forma do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, arbitre os honorários advocatícios de sucumbência devidos pela parte autora, ora recorrida, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator